

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.664, DE 2012

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, proibindo o registro de produtos que tenham em sua composição o aldicarbe, e dá outras providências.

Autor: Deputada JANETE ROCHA PIETÁ

Relator: Deputado COLBERT MARTINS

I - RELATÓRIO

No Brasil todas as ações que afetam os defensivos agrícolas, também chamados agrotóxicos, encontram-se disciplinadas pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. O registro legal dos agrotóxicos é tratado no art. 3º, e o § 6º do artigo lista as características das substâncias cujo registro é proibido.

O presente projeto de lei visa a acrescentar alínea ao referido parágrafo, proibindo o registro de agrotóxicos que contenham em sua composição o aldicarbe, ingrediente ativo pertencente ao grupo químico metilcarbamato de oxima.

Em sua justificação, a autora esclarece que a substância em questão, conhecida popularmente como “chumbinho” é altamente venenosa. Apesar de sua venda oficialmente só poder ser feita por estabelecimentos credenciados e mediante a apresentação de prescrição por engenheiro agrônomo, na prática qualquer um pode comprar pequenas quantidades para matar ratos e mesmo animais domésticos. A proibição, afirma, seria necessária devido à insuficiência da fiscalização.

A proposição tramita em regime ordinário, com apreciação conclusiva pelas Comissões. Foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), além da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Como bem explicitou a autora em sua justificação, o poder público, representado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já determinou que o aldicarbe é uma substância perigosa e que não pode ser manipulada por leigos. Sua venda é proibida, exceto em condições especiais: para uso em plantações, mediante prescrição de especialista e com diversos cuidados para não envenenar quem o aplica.

Infelizmente, porque a vigilância sanitária não pode estar em todos os locais, o aldicarbe é facilmente obtido e empregado com objetivos bem diferentes daqueles a que se destina formalmente. Faz-se necessária uma atitude mais radical, no bom sentido da palavra, e é o que o presente projeto propõe, ao retirá-lo do mercado como, aliás, já ocorreu em diversos países.

Voto, pois, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.664, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado COLBERT MARTINS
Relator